

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

LEI Nº 028/93

Institui o CONSELHO MUNICIPAL
DE SAÚDE do Município de Por
to Grande e dá outras provi -
dências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO GRANDE:

Faço saber que a Câmara Municipal de Porto Grande, Decreta e
eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º -- Fica instituído o Conselho Municipal de Saúde -CMS-
em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde
-SUS-, no âmbito Municipal.

Art. 2º -- Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são
competências do CMS:

- I -- definir as prioridades de saúde;
- II -- estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;
- III -- Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;
- IV -- propor critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;
- V -- acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS, no Município;
- VI -- definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;
- VII -- definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços de saúde;
- VIII -- apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

continuação...

IX - estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços públicos e privados, no âmbito do SUS;

X - elaborar seu Regimento Interno;

XI - outras atribuições estabelecidas em normas complementares;

Art. 3º - O CMS terá a seguinte composição:

I - do Governo Municipal:

a) - representante(s) da Secretária de Saúde ou órgão equivalente;

b) - representante(s) do órgão Municipal de Finanças;

c) - representante(s) do órgão de educação;

d) - representante(s) do órgão de saneamento;

e) - representante(s) do órgão de meio ambiente;

II - dos prestadores de serviços públicos e privados:

a) - representante(s) do SUS no âmbito estadual ou federal, existentes no Município;

b) - representante(s) dos prestadores privados contratados pelo SUS;

c) - representante(s) dos prestadores filantrópicos contratados pelo SUS;

III - dos trabalhadores do SUS:

a) - representante(s) das entidades de trabalhadores do SUS;

IV - dos centros de formação de recursos humanos:

a) - representante(s) das escolas, faculdades, universidades sediadas no Município;

V - dos usuários:

a) - representante(s) das entidades ou associações comunitárias;

b) - representante(s) dos sindicatos e entidades patronais;

para a saúde:

continua...

continuação...

c) - representante(s) dos sindicatos e entidades de trabalhadores;

d) - representante(s) das associações e portadores de deficiências e patologias.

§ 1º - A cada titular do CMS corresponderá um suplente.

§ 2º - Será considerada como existente, para fins de participação do CMS, a entidade regularmente organizada.

§ 3º - A representação dos trabalhadores do SUS, no âmbito do Município será definida por indicação conjunta das entidades representativas das diversas categorias.

§ 4º - O número de representantes de que trata o inciso V do presente artigo não será inferior a 50% (cinquenta por cento) dos membros do CMS.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação:

I - da autoridade estadual ou federal correspondente, no caso da representação de órgãos estaduais ou federais;

II - das respectivas entidades nos demais casos.

§ 1º - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.

§ 2º - O Diretor Municipal de Saúde é membro nato do CMS e será seu Presidente.

§ 3º - Na ausência ou impedimento do Diretor Municipal de Saúde a Presidência do CMS será assumida pelo seu suplente;

Art. 5º - O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

I - O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante;

II - os membros do CMS serão substituídos caso faltar, sem motivo justificado a 6 (seis) reuniões consecutivas ou 6 (seis) reuniões intercaladas no período de 01 (um) exercício;

III - Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação, da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

continua...

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

continuação...

Art. 6º - O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

- I - o órgão de deliberação é o Plenário;
- II - as sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 60 (sessenta) dias e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros;
- III - para a realização das sessões será necessária a presença da maioria absoluta dos membros do CMS, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;
- IV - cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão plenária;
- V - as decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções;

Art. 7º - O Diretor Municipal de Saúde prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - consideram-se colaboradoras do CMS, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde, sem embargo de sua condição de membros;

II - poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos.

III - poderão ser criadas comissões internas, constituídas por entidades-membro do CMS e outras instituições, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º - As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla e acesso assegurado ao público.

Parágrafo único - As resoluções do CMS, bem como os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissões, deverão ser amplamente divulgadas.

Art. 10 - O CMS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação desta Lei.

continua...

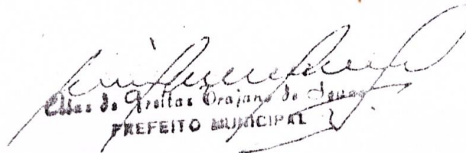
ESTADO DO AMAPA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO GRANDE

continuação...

Art. 11 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 200,00 (DUZENTOS REAIS), para prover as despesas com a instalação do Coselho Municipal de Saúde.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala do Gabinete do Prefeito em, 29 de Novembro de 1994


Elias de Freitas
PREFEITO MUNICIPAL

CARTÓRIO MÚLTIPLA

M. Leocádia dos S. de Fozado

— TABELAÇÃO —

Av. 08 de Agosto, _____

Porto Grande - AP

Recebi em _____ e(s) firma(s)

Elias de Freitas

Procurador de Justiça

O presente é verídico e verdadeiro.

Porto Grande, _____ de _____ de 1994

Em Teste _____ da Verdade.

Celsol Alata Murcioy

CPE 188 438 008 70

Oficial Substituto
Cartório Murici Telxelra